



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência e Controle Interno

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA CONSELHEIRA PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

REPRESENTAÇÃO N. 035 /2019-MPC-CTCI

18-MAR-2019 09:10 0005815 1/1

Tayna

DIMP - MPC / AM

10:45 18/03/2019 06:9012 TRIB. DE CONTAS DO EST. DO AM 01:PM 033

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, por intermédio do Procurador signatário, com fulcro nos artigos 54, I, e 288, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e na designação da Portaria n. 31/2017-PG (em virtude de procedimentos remanescentes), vem perante Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO** contra a falta de transparência de editais de procedimentos licitatórios e de outros atos jurídicos municipais, de responsabilidade do Exma. **PREFEITA DE PAUINI, Senhora Eliana Oliveira Amorim**, consoante os fatos e fundamentos seguintes.



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência e Controle Interno

1. Este Ministério Público de Contas, na defesa da ordem jurídica, tendo verificado a incompletude e desatualização do conteúdo do portal de transparência da Prefeitura de Pauini, encaminhou a Recomendação n. 116/2018-MPC-Coordenadoria de Transparência e Controle Interno (anexa), para adotar todas as providências possíveis, necessárias e suficientes no sentido de aperfeiçoar o conteúdo e atualização do portal de transparência.
2. Em resposta, por meio do ofício n. 118/2018-PMP/GP, a Prefeita Municipal Senhora Eliana de Oliveira Amorim informou dificuldades técnicas para o atendimento integral da recomendação e solicitou prazo de 90 dias para cumprir na íntegra a recomendação. Passados quase 9 (nove) meses desde a expedição da ora recomendação, em consulta ao portal da transparência este *Parquet* identificou que foi atendida parcialmente, entretanto o quadro de irregularidade permanece, tendo em vista a ausência de importantes informações de interesse público.
3. Ocorre que o assunto passa a se revestir de gravidade vez que dentre os dados não disponibilizados no portal estão os editais de dispensa de licitação promovidos pela Prefeitura. Nesse sentido, cita-se, em especial, o Aviso de Ratificação de Dispensa de Licitação, homologado em 03 de janeiro de 2019, cujo objeto destinou-se a contratação de Pessoa Física (André Gidinal Santos Xavier) para realização de um show em comemoração a virada de ano no dia 31/012/2018 na praça do centro cultural. A referida dispensa nem mesmo por extrato ou aviso consta do portal de transparência, o que limita intoleravelmente a sua ampla divulgação com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa pelo Município.
4. Além desse caso, constam outros episódios de abertura e realização de dispensas de licitação em âmbito municipal sem que os respectivos



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência e Controle Interno

instrumentos estejam minimamente acessíveis no portal de transparência municipal. Em rápida pesquisa ao DOM, verificamos alguns casos recentes:

DATA PUBLICAÇÃO	OBJETO	EDITAL
06/02/2019	Homologação da dispensa para contratação de pessoa física para prestação de serviços de reforma de estofamento do ônibus escolar	DL n. 001/2019
13/02/2019	Homologação da dispensa para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de transporte fluvial de carga no trecho Manaus/Pauini	DL s/n. (Proc. Adm n. 005/3019)

5. O princípio constitucional da Publicidade Administrativa (art. 37) e a norma geral do artigo 8.º, § 1º, IV, da Lei n. 12.527/2011, exigem, como pressuposto de validade, a inserção tempestiva dos editais e resultados das licitações públicas e respectivos contratos nos portais de transparência pública como item de transparência ativa. No mesmo sentido a norma do artigo 48A da LRF. Portanto, a omissão municipal se qualifica como negligência antijurídica e potencialmente lesiva ao erário, que deve ser urgentemente corrigida mediante aplicação do poder de cautela do serviço de controle externo.

6. Além disso, constam ausentes e/ou desatualizados quinze itens obrigatórios de transparência, relativos às finanças e aos atos de gestão municipais, consoante a lista constante da Recomendação Ministerial acima referida, que segue anexa. O portal está esvaziado e desatualizado *permissa venia*, o que denota a prática de ato omissivo que ofende gravemente a ordem jurídica.

7. Ante a inobservância da exigência constitucional de transparência pública, e negativa de atendimento da recomendação ministerial, com desenvolvimento irregular de processos licitatórios, sem publicidade ativa, em

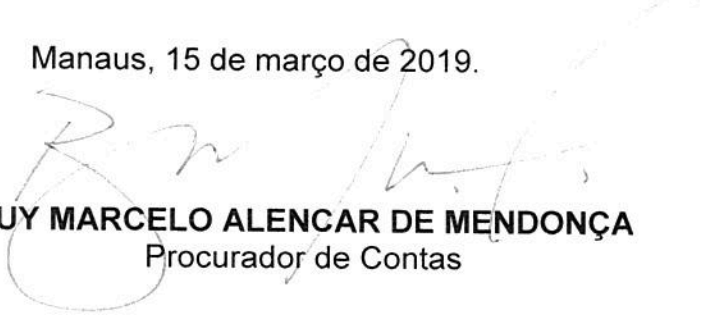


Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência e Controle Interno

detrimento da ordem jurídica, cabe a atuação enérgica desta Corte de Contas e a instrução oficial tendente tanto a remover o ilícito assim como definir a responsabilidade do prefeito, na forma do artigo 54, II, da Lei Orgânica da Corte de Contas.

8. Diante disso, este Ministério Público requer:
- 8.1. a admissão e instrução oficial desta representação, assegurados o contraditório e ampla defesa à autoridade municipal responsável;
 - 8.2. a aplicação da multa do inciso II do artigo 54 da Lei Orgânica do TCE/AM, contra o prefeito, e assinação de prazo para providências no sentido de fazer valer a norma de transparência ativa e tempestiva dos atos licitatórios e demais que devem constar do portal na forma da Lei n. 12.527/2011.
9. Espera controle externo tempestivo, eficaz e efetividade da ordem jurídica. Protesta-se por ciência dos encaminhamentos.

Manaus, 15 de março de 2019.


RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA
Procurador de Contas